

## **102ª Reunião Extraordinária do Bureau do Comité das Regiões**

**Vilamoura, 7 de Setembro 2007**

### **Intervenção do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

*Francisco Nunes Correia*

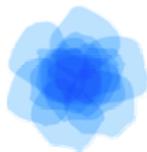
Minhas senhoras e meus senhores,

Quero, em primeiro lugar, dar-vos as boas vindas e congratular-me pelo facto de esta reunião ter lugar em Portugal, no quadro das actividades associadas à Presidência portuguesa no domínio do Desenvolvimento Regional.

Não podemos abordar a temática das políticas regionais e de coesão na União Europeia sem nos referirmos ao papel muito destacado do Comité das Regiões, como fórum privilegiado e veículo da palavra das regiões e das cidades junto do Conselho, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. Foi com a criação deste Comité que as regiões passaram a intervir directamente no processo de decisão comunitário através dos seus representantes, tornando-se num pilar importante do reforço da coesão económica, social e territorial entre os Estados-Membros.

O Comité das Regiões pode ser visto como o principal guardião dos princípios da subsidiariedade e da parceria. Da subsidiariedade, no sentido em que as decisões devem ser tomadas ao nível adequado que esteja o mais próximo possível dos cidadãos. Da parceria, no sentido em que a governação deve implicar a conjugação e cooperação dos níveis de governação comunitária, nacional, regional e local.

Para além da sua intervenção junto das instâncias comunitárias, merece ser destacado também o papel do Comité das Regiões no que se refere à organização de conferências, seminários e outros eventos nas diversas regiões dos Estados-Membros, contribuindo assim para uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa.



Nesta minha intervenção gostaria, em primeiro lugar, de fazer algumas considerações sobre a experiência portuguesa no que se refere às políticas de coesão e à sua relação com o crescimento e o emprego e, em segundo lugar, aproveitar esta oportunidade para passar em revista as principais iniciativas que vão ter lugar durante a Presidência portuguesa no domínio das políticas regionais.

Sobre o tema da política de coesão e do seu contributo para o crescimento e emprego, julgo que a experiência portuguesa pode ser encarada como um interessante caso de estudo. Portugal tem uma experiência considerável, e globalmente muito positiva, de cerca de 20 anos na prossecução de políticas de coesão, nomeadamente através da utilização dos fundos estruturais.

É incontroverso que essas políticas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do país, promovendo o crescimento da economia nas suas diversas vertentes e melhorando a qualidade de vida dos portugueses. Mas é também incontroverso que o balanço da experiência do passado revela algumas dificuldades em promover os ajustamentos estruturais necessários para a mudança profunda no modelo competitivo da economia portuguesa e para a sua articulação com os objectivos de coesão social, territorial e ambiental, designadamente quando estes se procuram alcançar com base em políticas verticais de base sectorial, mesmo que sujeitas a exercícios mais ou menos aprofundados de “desconcentração regional”.

No balanço que fizemos dos últimos 20 anos no quadro da preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), comparámos a evolução das várias regiões do País no que se refere aos indicadores de coesão e aos indicadores de competitividade. Essa análise revelou progressos notáveis em todas as regiões em matéria de coesão, especialmente no que se refere a acessibilidades, à criação de equipamentos e à prestação de serviços à população. Contudo, no que se refere aos indicadores de competitividade os progressos foram mais escassos e regionalmente mais diferenciados.

Da análise global que hoje se pode fazer do País, constata-se que os progressos feitos em matéria de coesão fizeram com que a qualidade de vida das populações tenha melhorado consideravelmente e se tenha criado uma base sólida para um desenvolvimento económico



que, contudo, precisa de medidas específicas e muito direccionadas para que se possa concretizar.

Assim, parece poder-se afirmar que a coesão só por si não cria crescimento sustentado e emprego, sendo necessário adoptar medidas específicas que aumentem a competitividade e a conduzam para um novo paradigma. Todavia, os grandes progressos feitos em matéria de coesão criaram uma base sólida para o desenvolvimento dessa competitividade, que na sociedade portuguesa actual tem de ser regionalmente diferenciada mas concebida à escala da economia global e compreendendo, portanto, uma forte componente de internacionalização.

As prioridades da aplicação dos fundos estruturais têm de ser hoje orientadas para os factores de competitividade, em linha, aliás, com a agenda de Lisboa, tanto mais que a falta de competitividade se pode tornar o principal factor limitativo do aumento da coesão, ou pelo menos limitativo da sustentabilidade dessa coesão.

Foi neste contexto que Portugal preparou o seu QREN, apostando num novo paradigma, e assumindo que os factores de competitividade e o potencial humano constituem as duas grandes prioridades do próximo ciclo de planeamento da utilização dos fundos estruturais. Estes objectivos prioritários são transversais a todos os sectores e a todo o território nacional embora seja necessária a sua formulação específica no quadro concreto de cada região.

Permitam-me que destaque alguns aspectos mais relevantes do QREN português:

- Definição de três Agendas Temáticas, Factores de Competitividade, Potencial Humano e Valorização do Território, prosseguidas por três correspondentes Programas Temáticos e presentes em todos os Programas Operacionais Regionais;
- Reforço significativo da componente FSE no conjunto dos fundos estruturais de forma a que o Programa Operacional Potencial Humano possa dispor de 37% desses fundos enquanto no anterior QCA III esse valor era apenas de 26%;
- Aumento significativo dos montantes de FEDER postos à disposição dos agentes económicos para o reforço da competitividade, numa lógica selectiva que privilegia o aumento da produção de bens transaccionáveis e a integração nos

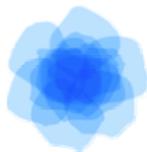


mercados globais, e medidas para a redução dos custos de contexto enquanto factor limitativo da competitividade;

- Criação de cinco Programas Operacionais Regionais do Continente, reflectindo estratégias próprias e elaboradas com base nas especificidades, constrangimentos e potencialidades de cada região, para além dos Programas Operacionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira da responsabilidade dos respectivos Governos Regionais;
- Aumento significativo, relativamente ao QCA III, do FEDER atribuído aos Programas Operacionais Regionais e gerido, portanto, numa lógica atinente às condições específicas de cada região;
- Incentivo à consolidação de uma malha de nível sub-regional através de um forte envolvimento das Associações de Municípios ao nível de NUTS III na governação e na gestão do QREN, contribuindo para uma desconcentração de actividades de gestão assente numa base territorial estável;
- Criação de órgãos de aconselhamento estratégico de cada um dos Programas Operacionais Regionais, no âmbito de um novo modelo de governação, com a participação de vários parceiros regionais (instituições de ensino, Associações Empresariais, Associações Sindicais e Associações de Municípios), com a função de se pronunciar sobre o contributo das operações a financiar para o pleno aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento de cada região.
- Assunção do Objectivo da Cooperação Territorial Europeia como parte integrante do QREN e como instrumento chave para a prossecução dos objectivos da política de coesão e do processo de integração europeia.

Gostava agora de passar em revista as principais iniciativas que vão ter lugar durante a Presidência Portuguesa no domínio das políticas regionais.

Vale a pena começar por assinalar que esta Presidência surge num momento muito singular. Por um lado, o segundo semestre de 2007 marca o efectivo arranque do período de programação 2007-2013 em todos os Estados-Membros, com a implementação no



terreno das novas estruturas de governação, com a preparação da regulamentação dos Programas Operacionais e com o início da aprovação dos primeiros projectos.

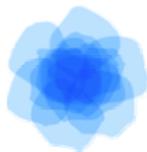
Por outro, é desejável que este período seja marcado pelo início de um debate franco e aberto sobre o futuro da política de coesão, debate esse que é enriquecido com a recente publicação pela Comissão Europeia do 4.º Relatório da Coesão.

O primeiro ciclo da Estratégia de Lisboa revista (2005-2008) está a chegar ao fim. É necessário preparar um novo ciclo a lançar em 2008, que nas suas grandes linhas deve preservar a estabilidade necessária para que a apropriação nacional da Estratégia de Lisboa se aprofunde. Ao mesmo tempo devem introduzir-se ajustamentos e melhorias para a plena realização do seu potencial.

Em conformidade, as actividades e os eventos no decurso da Presidência desenvolvem-se em torno destes dois objectivos fundamentais: i) contribuir para promover a correcta aplicação das políticas desenhadas para o período 2007-2013; ii) iniciar o debate sobre o futuro da política de coesão no pós 2013.

No que toca ao primeiro objectivo, isto é, promover a correcta aplicação das políticas para o período 2007-2013, devem ser referidos a Reunião Informal de Ministros da Política Regional, o Fórum Interregional, a reunião da Rede IQ-Net e a participação da Presidência nos Open Days.

Permitam-me que dê um destaque muito especial à Reunião Informal de Ministros responsáveis pela Política Regional e pelo Planeamento Territorial a ter lugar em Ponta Delgada, nos Açores, em 23 e 24 de Novembro. Um dos objectivos desta reunião de ministros consiste em debater o relatório da Comissão sobre a forma como os recursos da política de coesão estão a ser mobilizados para a Estratégia de Lisboa renovada (*earmarking*). Este debate constituirá o primeiro e principal elemento de monitorização quantitativa e qualitativa do nível de compromisso com a Agenda de Lisboa, compromisso esse que foi assumido pelos Estados-Membros no âmbito da elaboração dos seus Quadros de Referência Estratégicos Nacionais (QREN) e respectivos Programas Operacionais (PO). A reunião nos Açores terá também uma dimensão prospectiva e estratégica a que me referirei adiante.

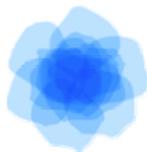


Quero chamar também a atenção para o Fórum Interregional, a ter lugar em Lisboa em 20 e 21 de Setembro, que para além de pretender fazer um balanço retrospectivo da Cooperação Interregional durante o período de 2000-2006 (INTERREG III-C), lançará publicamente o novo Programa Operacional de Cooperação Interregional 2007-2013. Pretende-se que este Programa, enquadrado na iniciativa da Comissão “Regions for Economic Change”, contribua para o aumento da eficácia das regiões e das suas políticas de desenvolvimento e modernização na prossecução das Estratégias de Lisboa e Gotemburgo. Portugal promoverá activamente, nas várias instâncias técnicas, o aprofundamento de um diálogo permanente e estruturado entre os Estados-Membros e os serviços da Comissão, no que toca à implementação dessa iniciativa.

Tendo ainda como pano de fundo a promoção da implementação das políticas desenhadas para o período 2007-2013, realiza-se em Portugal, em Faro, de 14 a 16 de Novembro, a segunda reunião de 2007 da rede IQ-Net. Trata-se de uma rede que reúne parceiros regionais e nacionais de programas de Fundos Estruturais de toda a União Europeia. O seu objectivo é melhorar a qualidade da programação dos Fundos Estruturais através da partilha de experiências. A reunião portuguesa da IQ-Net vai centrar-se no importante tema dos indicadores para a avaliação do QREN e dos PO e sua monitorização estratégica.

Finalmente, não posso deixar de referir com especial ênfase a realização em Bruxelas, de 8 a 11 de Outubro, dos “Open Days 2007”, uma realização conjunta do Comité das Regiões e da Comissão Europeia e que conta com o apoio e a participação empenhada da Presidência portuguesa.

Como sabem, esta 5ª edição dos Open Days terá como tema "*Making it happen: regions deliver growth and jobs*". Durante quatro dias, a nova geração de programas da política de coesão – a implementar já a partir de 2007 – estará em análise em mais de 100 seminários e grupos de trabalho. Com a presença de 212 regiões e cidades de toda a Europa, e de cerca de 3.000 peritos e decisores em matéria de políticas regionais, este é seguramente o evento mais importante e de maior impacto organizado a nível comunitário no domínio das políticas regionais. O nosso reconhecimento, por isso, ao Comité das Regiões por organizar este evento em conjunto com a Comissão Europeia.



Portugal participará activamente, sempre com o intuito de incrementar a competitividade territorial e o contributo da política regional para alcançar os objectivos das Estratégias de Lisboa e do Desenvolvimento Sustentável.

Referi um segundo grupo de iniciativas que terão lugar durante a Presidência Portuguesa e que têm por objectivo iniciar o debate prospectivo sobre o futuro da política de coesão, debate esse que deverá continuar, naturalmente, em 2008 e 2009.

O 4.º Relatório da Coesão contém uma actualização do diagnóstico europeu em matéria de convergência regional e uma primeira análise dos QREN e dos Programas Operacionais dos Estados-Membros para o período de programação 2007-2013. Este relatório, apresentado pela Comissária Danuta Hubner ao Conselho no passado dia 23 de Julho, aponta as grandes questões que marcarão o debate sobre o futuro da política de coesão. O parecer já elaborado pelo Comité das Regiões constitui também um contributo importante.

Assim, é com expectativa e interesse que se aguarda a realização do Fórum da Coesão, que vai ter lugar em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de Setembro. Este Fórum é o momento por excelência para analisar o 4.º Relatório da Coesão. Trata-se de uma iniciativa da Comissão Europeia a que a Presidência portuguesa se associará ao mais alto nível por entender ser de grande interesse uma reflexão antecipada, e participada pelos “*stakeholders*”, da política de coesão e do seu futuro. Durante esse fórum o nosso Primeiro-Ministro e eu próprio participaremos activamente nos debates tendo em vista delinear os futuros contornos da política de coesão. Conto com a vossa presença, para que possamos continuar os nossos debates durante o Fórum da Coesão.

A Reunião Informal de Ministros responsáveis pela Política Regional e pelo Planeamento Territorial, a ter lugar nos Açores em 23 e 24 de Novembro, já referida, fará também o *follow-up* do Fórum da Coesão, dando continuidade a este debate prospectivo e estratégico. Esta Reunião Informal de Ministros surge num momento crucial da discussão e por isso deve constituir-se como um fórum para abordar o tema do futuro das políticas de coesão de forma aprofundada e sem preconceitos, possibilitando aos Estados-Membros uma oportunidade de expressarem livremente as suas opiniões num ambiente informal.



Também nesta mesma Reunião Informal, os Ministros com responsabilidade no domínio do planeamento territorial, terão a oportunidade de discutir e de aprovar o Plano de Acção para a implementação da Agenda Territorial Europeia aprovada em Leipzig. Este Plano de Acção está a ser preparado sob a coordenação de Portugal em cooperação com outros Estados-Membros e com a Comissão.

Portugal está também a dar continuidade às decisões da Reunião Ministerial de Leipzig sobre desenvolvimento urbano, nomeadamente no que se refere à coordenação de redes europeias de troca de experiências, aprendizagens e competências e de aquisição de novos conhecimentos, bem como ao início da implementação da Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis.

Para concluir, e tendo presente o âmbito de intervenção do Comité das Regiões, julgo poder afirmar que todos os eventos e temas referidos contribuirão significativamente para um reforço da coesão económica, social e territorial entre Estados-Membros e dentro de cada Estado-Membro, desígnio a que nos associamos plenamente e que nos empenharemos em evidenciar ao longo deste semestre da Presidência Portuguesa.

As regiões e as cidades são hoje plenamente reconhecidas como níveis essenciais da governância dos processos de desenvolvimento que permitirão criar crescimento e emprego na Europa de prosperidade e bem-estar que queremos construir. Uma Europa cada vez mais competitiva tem de assentar na afirmação e no dinamismo de territórios plenamente integrados numa economia global.

Atrair o investimento, promover a inovação, qualificar o capital humano, valorizar o território, esses são os desafios que as políticas regionais devem prosseguir nos próximos anos. Para isso, todos contamos com o contributo decisivo e insubstituível do Comité das Regiões.

Muito obrigado.

*Francisco Nunes Correia*  
Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território  
e do Desenvolvimento Regional